



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### EDITAL N.º 62/2022

JOSÉ MANUEL MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor da ata n.º 9, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 7 de fevereiro de 2022 e aprovada em 21 de fevereiro de 2022.

Para os devidos e legais efeitos emite-se e publica-se o presente Edital que vai assinado e devidamente autenticado com selo branco e outros de igual teor que serão afixados no Átrio dos Paços do Concelho e demais lugares do uso e costume, e publicitado na página eletrónica da Câmara Municipal, em [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt).

Registe-se e publique-se.

Paços do Município, 21 de fevereiro de 2022.

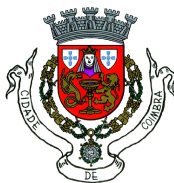
O Presidente da Câmara Municipal

JOSE MANUEL  
MONTEIRO DE  
CARVALHO E SILVA

Assinado de forma digital  
por JOSE MANUEL  
MONTEIRO DE CARVALHO E  
SILVA  
Dados: 2022.02.22 15:33:49 Z

(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)

*Min: PS*  
*Dact: PS*  
*Conf: MGML*  
*Serviço Emissor: DAG*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

# ATA N.º 9 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Local:** Salão Nobre dos Paços do Município

**Data:** 07/02/2022

**Iniciada às 10H00 e encerrada às 12H00**

**Aprovada em 21/02/2022 e publicitada através do Edital n.º 62/2022**

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. Intervenção do Senhor Presidente
2. Intervenção dos Senhores Vereadores

### ORDEM DO DIA

- I. ADMINISTRAÇÃO GERAL
  1. GAP - Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Coimbra e o Município de Quelimane - Moçambique
- II. FINANCEIRO
  1. DF-DCF - Situação Financeira – Conhecimento
  2. DF – DCF - Encerramento da conta bancária n.º 001901480020000016943 no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.
- III. EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE
  1. DPEM - Ampliação e Requalificação da Escola EB1 Conchada – Estudo Prévio
  2. DDSSA - Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra – Protocolo de colaboração com o Município de Coimbra no âmbito do Centro de Estudos e Desenvolvimento dos Cuidados Continuados e Paliativos e o Projeto NUVEM
  3. GAP - Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Coimbra e a Escola Superior de Educação de Coimbra
- IV. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA
  1. DCT-DCPT – Associação Artística e Cultural Salatina – Pedido de declaração de utilidade pública
- V. TEMPOS LIVRES E DESPORTO



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. Associação Académica de Coimbra/Secção de Desportos Náuticos - Isenção de taxas municipais no âmbito da realização de Regata de Fundo a realizar em Coimbra (19 de fevereiro de 2022)
- VI. AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO**
1. DEPMT – DEVJ – Adesão formal à Estratégia Transnacional de Combate à Cortaderia Selloana e assinatura da Carta de Adesão
- VII. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**
1. DEPE - Frente de Rio – Margem Direita (Entre a Ponte de Santa Clara e a Ponte Açude)
- VIII. (12 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A reunião contou com a presença de:

**Presidente:** José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva  
**Vice-Presidente:** Francisco José de Baptista Veiga  
**Vereadores:** Ana Maria César Bastos Silva  
Carlos Miguel Mantas Matias Lopes  
Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira  
Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca  
Carlos Manuel Dias Cidade  
Regina Helena Lopes Dias Bento  
Carina Gisela Sousa Gomes  
José Ricardo Miranda Dias  
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva, Secretariado pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes, coadjuvado pela Técnica Superior, Goreti Sofia Ribeiro Lopes.

O Senhor Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

##### **Intervenção do Senhor Presidente**

##### **1. Barragem de Girabolhos**

O Senhor Presidente deu início à reunião frisando que se tem agravado a frequência e intensidade de secas extremas em Portugal, um país particularmente suscetível a estes efeitos, colocando perante todos, de forma indiscutível, a situação de emergência climática que se enfrenta. As alterações climáticas agravam o risco de fenómenos climáticos extremos e severos, da seca às inundações, passando pelas tempestades bem recentes na memória de todos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A construção da Barragem de Girabolhos já era um dos trabalhos previstos no projeto da obra hidráulica de regularização do Rio Mondego e sem a construção desta barragem será muito difícil, senão impossível, travar a repetição de cheias extraordinárias. Neste contexto, recordou que Coimbra em 2019 registou o máximo de 2200 metros cúbicos de água por segundo no Rio Mondego, quando o sistema está desenhado para suportar apenas 2000. Felizmente resistiu. Para além disso, como é visível pelas condições climatéricas de seca extrema, esta barragem é fundamental para a reserva estratégica nacional de água. A barragem de Girabolhos, com as outras duas barragens desenhadas para montante da Aguieira – Midões e Asse Dasse – permite duplicar a capacidade útil de regularização do Mondego e armazenamento de água, passando dos atuais 365 hectómetros cúbicos para 889. Adicionalmente, existe uma premente necessidade de criar uma entidade de gestão do aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego e de redimensionar as estruturas existentes à realidade atual dos 12 mil hectares altamente produtivos e totalmente utilizados desta fértil zona agrícola. Neste inverno de seca, é o tempo certo para falar destas questões, no sentido de se evitar problemas mais graves no futuro. Por isso mesmo, fez um forte apelo ao próximo Governo para que complete as obras de regularização do Rio Mondego com as verbas disponibilizadas no PRR, muito particularmente com a construção da Barragem de Girabolhos, fundamental para reforçar as reservas nacionais de água, um bem estratégico e vital, e prevenir as cheias do Mondego.

### **Intervenção dos Senhores Vereadores**

#### **Intervenção do Senhor Vereador Francisco Queirós**

##### **1. Abaixo-assinado sobre trânsito na Rua Pedro Álvares Cabral**

O Senhor Vereador informou que foi entregue um abaixo-assinado, subscrito por 400 cidadãos, na Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, relativo ao trânsito na Rua Pedro Álvares Cabral, no Bairro Norton de Matos. Disse que quem lá passar percebe bem o que está em causa: uma via relativamente estreita, com estacionamento de ambos os lados e com trânsito nos dois sentidos. Pela Comunicação Social, sabe que o Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais já terá feito chegar esse abaixo-assinado ao Presidente da Câmara Municipal. Trata-se de um problema que urge resolver e que, aparentemente, terá duas soluções possíveis: ou não há estacionamento de um dos lados, o que, na sua opinião, seria extremamente penoso para os moradores, ou a rua tem de ter apenas um sentido. Mas isso terão de ser os técnicos municipais a decidir, concluiu.

O Senhor **Presidente** disse que o abaixo-assinado veio precisamente num momento em que os serviços estão a avaliar esta rua. Registou o facto de os munícipes pretenderem que agora o novo Executivo resolva em pouco tempo aquilo que não foi feito durante muitos anos, porque este é um problema que se arrasta há largos anos. E garantiu que este problema de trânsito será resolvido em breve, uma vez que já está em fase final de avaliação pelos serviços. Os moradores da Rua Pedro Álvares Cabral terão, garantidamente, uma resposta positiva às suas legítimas preocupações.

##### **2. Cooperativa Agrícola de Coimbra**

Reuniu há alguns dias atrás com a Cooperativa Agrícola de Coimbra, encontro do qual resultaram três grandes preocupações. A primeira, o estado de degradação das vias, acessos, pontes e pontões um pouco por todo o concelho e fora dele, na sua esmagadora maioria da responsabilidade da APA-Agência Portuguesa do Ambiente. Não está com esta intervenção a propor que a Câmara Municipal se substitua à APA, mas urge exercer influência no sentido de que todos esses acessos degradados possam ser rapidamente requalificados. Outra preocupação é a gestão da água, e sobre isso o Senhor Presidente já se pronunciou na sua intervenção inicial, nomeadamente a importância que para a Cooperativa Agrícola de Coimbra tem, na gestão dos recursos



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

hídricos, a Barragem de Girabolhos, que está “na gaveta” desde 2007. Uma terceira preocupação transmitida pela Cooperativa Agrícola de Coimbra tem a ver com o elevado custo das licenças camarárias, que eventualmente deverá ser avaliado em sede dos regulamentos municipais, no que diz respeito à construção de todos os pequenos equipamentos de guarda de alfaías, por exemplo. Foi-lhe transmitido que por vezes as licenças são mais caras do que o que é edificado.

### 3. Caderno reivindicativo do STAL

Disse que o Senhor Presidente enviou, e muito bem, um caderno reivindicativo do STAL, que ainda não teve tempo para analisar. Muitas das questões elencadas nesse documento pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local são questões que já trouxe por diversas vezes às reuniões do Executivo. Apenas gostaria de deixar uma preocupação, que consta da página 2 do caderno, que tem a ver com o Suplemento de Penosidade e Salubridade que, conforme o Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, terá de ser aplicado também, nomeadamente aos trabalhadores dos jardins, uma vez que já há um compromisso, assumido pelo Presidente da CMC no dia 22 de fevereiro, de que o mesmo será pago desde 1 de janeiro.

Disse que se debruçaria, noutra momento, mais aprofundadamente sobre este caderno reivindicativo.

Sobre este assunto, o Senhor **Presidente** disse que enviou o caderno reivindicativo do STAL a todos os vereadores com pelouros, no sentido de o analisarem e procurarem, em conjunto, dar uma resposta ao mesmo.

### 4. Requerimento

Recordou que no passado dia 20 de dezembro entregou um requerimento no decorrer da reunião, solicitando que fosse dado conhecimento à Câmara de todos os processos entrados relativos à instalação de grandes e médias superfícies. Está em crer que já é tempo de ter uma resposta.

O Senhor **Presidente** respondeu que se os serviços ainda não disponibilizaram essa informação, deverão fazê-lo imediatamente, porque não tem nenhum problema em que essa matéria seja do conhecimento público, sem referir, naturalmente, as marcas interessadas, apenas o número de grandes e médias superfícies que possam estar a ponderar instalar-se em Coimbra. Frisou que o ponderar instalar não significa instalar-se e que, naturalmente, estas terão de cumprir toda a legislação em vigor.

### Intervenção do Senhor Vereador Carlos Cidade

#### 1. Seleção Nacional de Futsal

O Senhor Vereador disse que este é um dia em que todos se devem regozijar e prestar o devido reconhecimento a um cidadão de Coimbra que, apesar de já ter sido homenageado por este Município em 2018 (por ocasião do Campeonato da Europa de Futsal), merece ser de novo elogiado. Julga que é de registar o apreço por André Sousa, o cidadão de Coimbra que ajudou a Seleção Nacional de Futsal a ser campeã da Europa novamente. Frisou, para quem viu o jogo, que na parte final foi, sem dúvida, André Sousa o grande atleta que evitou problemas na reconquista deste título europeu. Recordou que este jogador iniciou a sua carreira de guardas-redes de futsal em Coimbra, seguindo os passos do seu pai.

#### 2. Barragens

Sobre este ponto, abordado pelo Senhor Presidente, disse que com certeza estarão todos de acordo com a sua intervenção. Aliás, há muitos anos que existe um plano do Estado Central relativamente à construção de barragens, que tem vindo a ser sucessivamente adiado pelos vários governos, sobretudo por razões de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

financiamento. Perante as alterações climáticas mais que evidentes e o período de seca que o país atravessa, está certo que quem tiver que decidir decidirá em função das necessidades e prioridades que se colocam em cada momento. Disse que, ainda ontem, teve a oportunidade de passar na Barragem da Aguieira e ficou surpreendido pela positiva, tendo em conta as imagens televisivas que viu relativamente a outras barragens portuguesas. A reserva de água na Barragem da Aguieira nada tem a ver com o que sucede no nordeste transmontano ou no Alentejo. Não obstante, cada cidadão tem de tomar medidas, as autarquias têm de tomar medidas e o Estado Central também. Relativamente a Coimbra, considera que o trabalho sobre as alterações climáticas está feito, é preciso dar-lhe continuidade.

### **Intervenção da Senhora Vereadora Regina Bento**

A Senhora Vereadora proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

#### **1. A Indiferença Social**

*“Há uns dias atrás, quem se apercebeu da notícia da morte do fotógrafo suíço René Robert, ficou certamente chocado. Robert ficou conhecido pelas fotografias de músicos e dançarinos de flamenco em Espanha, mas também trabalhou com publicidade e moda em toda a Europa. Tinha 84 anos, morava em Paris, desmaiou na rua, caiu e foi ignorado pela multidão. Quando um morador chamou os bombeiros, na manhã seguinte, ele já estava morto. Morreu congelado na rua. Este trágico acontecimento é bem revelador da desumanização e da indiferença perante os outros, sobretudo os mais vulneráveis, que muitas vezes grassa nas nossas cidades. Alguns órgãos de comunicação social noticiaram que René Robert foi assassinado pela indiferença. Este acontecimento, aparentemente distante, transporta-me para a nossa cidade, para a Baixa da nossa cidade, que nos últimos tempos tem sido alvo de especial atenção por maus motivos, sobretudo pela sensação de insegurança cada vez maior reportada pelos comerciantes alvo de cada vez mais frequentes assaltos. Fiquei estupefacta com a solução aventada pelo Sr. Presidente da Câmara para a solução destes problemas: deslocalização de algumas respostas sociais da Baixa para outras zonas da cidade! Ou seja, escondam-se os problemas, que eles deixam de existir! Afaste-se a realidade que incomoda! Nunca me passou pela cabeça que os problemas da Baixa de Coimbra se resolvessem com a retirada de pessoas de cá! Pelo contrário, a Baixa precisa de pessoas a viver cá, a fazer cá a sua vida, as suas compras, as suas rotinas domésticas, a frequentar os cafés e restaurantes. E este Executivo tem uma excelente oportunidade para tornar isto realidade com os 60M€ do programa de habitação 1º Direito que permitirá a reabilitação de edifícios e criação de novas habitações, atraindo famílias e jovens. A Baixa precisa de iniciativas culturais em permanência que tragam pessoas, novos públicos que nunca vieram à Baixa, que animem e dinamizem o comércio local. Os comerciantes da Baixa precisam de uma luz ao fundo do túnel, de um raio de esperança para continuar, para todos os dias abrir a porta. Sabemos que estes 2 anos de pandemia foram particularmente difíceis para eles! Mas não é dessa estratégia que ouvimos falar...a estratégia limita-se a retirar da Baixa Instituições que prestam um valioso trabalho de apoio social, várias das quais sedeadas na Baixa por iniciativa da própria Câmara e que trabalham em estreita articulação com a Câmara. Coimbra sempre foi uma cidade inclusiva, plural, que todos acolhe. Não podemos deixar que faça agora o caminho inverso, da exclusão social. Não podemos deixar normalizar a indiferença! A meu ver os políticos têm de ser, acima de tudo, humanistas e proteger, defender, cuidar das suas populações, sobretudo dos mais vulneráveis! É isso que se espera dos autarcas, os políticos de proximidade, que todos os dias estão junto das suas populações e que têm a missão de melhorar as suas vidas”.*

O Senhor **Presidente** disse que não podia deixar de registar a profunda demagogia da intervenção da Senhora Vereadora Regina Bento, que estava a deixar morrer a Baixa pela indiferença do Executivo anterior. A intervenção deste novo Executivo na Baixa, como já disse por diversas vezes, é multifatorial. Daqui a 4 anos



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

seria pertinente a Senhora Vereadora fazer esta intervenção, se ainda tiver razão, aconselhou, acrescentando que, neste momento, tudo o que esta criticou tem a ver com o Executivo anterior, excetuando a preocupação que tem em dar melhores condições a quem necessita de apoio social. O que pretende é resolver os problemas das pessoas e os problemas da Baixa. Deu o exemplo gratificante da Casa dos Pobres, que presta um apoio social de elevadíssima qualidade, muito superior ao que prestava quando estava sedeadada na Baixa. A sua deslocalização para São Martinho do Bispo melhorou incomparavelmente a sua intervenção social, ou seja, para apoiar quem necessita, a Casa dos Pobres não precisa de estar na Baixa. Entende que a deslocalização de algumas valências/serviços/instituições tem a ver não só com questões de segurança, mas com estratégias de intervenção cultural, social e de investimento. A desconcentração de instituições de apoio social é, naturalmente, fundamental para resolver melhor os problemas das pessoas que estão a viver na Baixa em condições desumanas, defendeu, garantindo que vão intervir neste aspeto, com uma grande consciência social, porque a indiferença relativamente à Baixa terminou com a eleição deste Executivo.

### **Intervenção da Senhora Vereadora Carina Gomes**

#### **1. Centro de Arte Contemporânea de Coimbra**

A Senhora Vereadora disse que ontem viu uma publicação nas redes sociais do Município de Coimbra que dava conta, e ainda bem, do prolongamento da terceira exposição que está patente no Centro de Arte Contemporânea de Coimbra (CACC). Essa mesma publicação informava também os munícipes que a partir de hoje a visita passa a ser gratuita. Imagina que a gratuidade tenha a ver com a impossibilidade de visitar um dos pisos, devido ao projeto de digitalização, que é um projeto excelente que permitirá retirar os quadros das paredes e mostrá-los a todo o mundo. Contudo, as entradas no CACC têm um preço definido no Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, mais propriamente no seu anexo I, artigo 112.º. Este Regulamento, que define as taxas e os preços (neste caso, o preço para a entrada no CACC), foi aprovado pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara. Neste contexto, disse não se recordar de o processo para a isenção do pagamento destas taxas ter vindo à Câmara Municipal e perguntou quem terá tomado a decisão da gratuidade, em que data e com que fundamento legal. No limite, e de acordo com a Lei 75/2013, julga que este processo terá de vir a ratificação, mas essa ratificação deveria ocorrer hoje, porque se é hoje que entra em vigor a gratuidade ela já foi decidida antes. Reiterou que nada tem contra o motivo desta gratuidade, mas tem tudo contra a forma como está a ser feito porque, mais uma vez, souberam da gratuidade pela página do Facebook da CMC, quando a decisão deveria ter sido tomada na reunião do Executivo.

Aproveitou a oportunidade para dizer ao Senhor Vereador Francisco Veiga que teve a oportunidade de ler a sua entrevista e que ficou surpresa quando este disse que estão a ponderar outras localizações para o Centro de Arte Contemporânea, além da Manutenção Militar. Neste contexto, questionou se essa intenção está articulada com o Governo, uma vez que o contrato de cedência das obras (que não são da CMC, são da coleção de arte contemporânea do Estado Português) tem obrigações contratuais muito específicas e o não cumprimento das mesmas (como seja a não instalação do CACC no edifício da Manutenção Militar) significará a perda das obras na cidade de Coimbra e a devolução destas à coleção no sentido de irem para outro centro de arte, explicou.

O Senhor **Presidente** disse que o CACC na realidade suspendeu o seu funcionamento, porque não tem neste momento as condições expositivas, por força da intervenção que está a ser feita pelo registo para a Google Arts. Portanto, não iriam cobrar bilhetes num centro que não está a funcionar. O CACC está coartado naquele que era já o seu muito limitado espaço expositivo. Era um micro centro de arte contemporânea. Há ainda a questão da Manutenção. Estão a ser ponderadas novas localizações. Como está contratualmente definido que a localização do CACC será no antigo edifício da Manutenção Militar, vão ponderar outras localizações e, caso decidam por outra, naturalmente que discutirão a questão com o Governo, que certamente não se incomodará que o CACC possa ter melhores instalações.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do Senhor Vereador Carlos Lopes**

#### **1. Seleção Nacional de Futsal**

Disse que foi com orgulho que muitos portugueses assistiram ontem à final do Europeu de Futsal. Já teve a oportunidade de transmitir ao atleta André Sousa os parabéns e disse que este está convidado a vir a Coimbra, mais propriamente ao Salão Nobre, para que seja possível dignificar este feito.

### **Intervenção do Senhor Vereador José Dias**

#### **1. Instituições sociais na Baixa**

Recordou que, já em setembro, tinha sido anunciada a aplicação de um Plano Marshall para a Baixa de Coimbra. Nesse sentido, questionou quando é que esse plano vai ser apresentado e que medidas vão estar abrangidas nele. Disse também que quando se fala das instituições sociais muitas vezes o problema é de comunicação. O problema da Baixa de Coimbra não são as instituições sociais, evidentemente, nem que estas possam ter melhores condições para exercer a sua atividade. E, portanto, quando se diz na comunicação social e em reuniões com os comerciantes da Baixa, que existe essa intenção de deslocalização parece que o ónus está totalmente nessas instituições, e tal não corresponde à verdade. Entende que é importante proceder à integração de todos na Baixa de Coimbra, mas igualmente perceber que outras medidas serão tomadas para fazer a necessária reforma.

#### **2. Alterações Climáticas**

Disse que, naturalmente, a seca é fruto das alterações climáticas e todos os que se recusavam a ver este problema estão a perceber que ele se está a tornar cada vez mais evidente. Voltou a colocar a questão do Programa Municipal para as Alterações Climáticas, aprovado em 2021 e cuja execução é urgente. Este é um problema de tal maneira grave que entende que deve vir às reuniões da Câmara Municipal uma monitorização do plano de ação desenhado na altura e, se novas ações forem incluídas, que estas possam ser anunciadas. Questionou que projetos a CMC está neste momento a preparar para as linhas do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que dizem respeito às alterações climáticas. Frisou que há um conjunto de avisos que ou vão abrir ou já estão abertos, nomeadamente a descarbonização da indústria, a bio economia sustentável, a eficiência energética em edifícios (que termina a 30 de março), hidrogénio e renováveis, mobilidade sustentável. Assim, perguntou que candidaturas neste momento estão a ser instruídas para robustecerem ainda mais o programa inicialmente desenhado em 2021.

Por último, pediu o ponto de situação sobre a constituição de uma comissão de acompanhamento deste Programa Municipal para as Alterações Climáticas. Concluiu afirmando que entende que, de uma vez por todas, há que enfrentar este problema com ações concretas e chamar todas as instituições para o discutir. Nessa Comissão de Acompanhamento há um conjunto de entidades muito relevantes que devem ser chamadas: científicas, sociais, de saúde, entre outras. Elas devem ser convocadas o mais rapidamente possível para se começar a aplicar as ações e implementar novas ideias que possam surgir, porque esta é uma questão mutável. Há uma urgência clara em fazer este plano acontecer, até porque tem um horizonte até 2030 e o próprio PRR pode contribuir em muito para as ações previstas.

O Senhor **Presidente** disse que o Plano a que o Senhor Vereador se refere é um conjunto de intenções e de linhas sem métrica nenhuma, o que faz dele um conjunto de intenções e não propriamente um plano. Não obstante, garantiu que irão desenvolver esse plano no sentido da preocupação de todos, que é combater as alterações climáticas. Reafirmou que o dito plano não tinha métrica alguma e diria mesmo que, se a Autarquia nada fizesse, não estaria a incumprir o plano já que este não tem métricas, não tem a definição de datas para o





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

seu cumprimento. Frisou que foi o Partido Socialista, no Executivo anterior, que recusou a Declaração de Emergência Climática, ou seja, que, objetivamente, disse que as alterações climáticas não eram uma prioridade. Para este Executivo são certamente uma prioridade e, portanto, vão cumprir mais do que o que está no plano, porque esse documento é apenas um conjunto de boas intenções sem planificação rigorosamente nenhuma.

O Senhor Vereador **José Dias** refutou as declarações do Senhor Presidente de que as ações do Plano das Alterações Climáticas não estão calendarizadas, tendo o Senhor **Presidente** declarado que quem quiser pode consultar o documento, que é público.

### Intervenção do Senhor Vereador Miguel Fonseca

#### 1. #CoimbraCityLab

Sobre este assunto, o Senhor Vereador proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“Boa tarde a todas e a todos, vou falar-vos um pouco de um projeto que, com toda a certeza, já conhecem – o #CoimbraCityLab – e que, por nos revermos na sua essência, tem merecido particular atenção da nossa parte. O que temos feito é efetivamente implementá-lo no concelho, tirá-lo do papel, torná-lo uma realidade.*

*O #CoimbraCityLab está a ser desenvolvido diretamente no Departamento de Sistemas de Informação e Inovação (chefeado pelo Eng. Nuno Pimenta), até estar constituída a equipa do Centro de Inteligência de Coimbra, uma nova unidade orgânica desta Câmara Municipal. Já foram abertos dois concursos públicos para a constituição dessa equipa do Centro de Inteligência de Coimbra, existindo de momento uma funcionária adstrita ao mesmo, da mesma forma que a equipa de informáticos do Departamento de Sistema de Informação e Inovação está a ser reforçada para dar apoio a essa nova unidade.*

*O projeto foi-nos apresentado dias depois de assumirmos funções na Câmara Municipal de Coimbra e em novembro deu nome ao stand que levámos ao Portugal Smart Cities Summit 2021, gerando grande curiosidade entre todos os que nos visitaram. Trabalhámos o conceito, definimos um slogan (“Acolhemos Ideias, Criamos Futuros”), criámos conteúdos, construímos um website para a marca (<https://citylab.cm-coimbra.pt>) e apresentámos, publicamente, o #CoimbraCityLab nesse evento dedicado às Smart Cities, que decorreu na FIL em Lisboa.*

*O projeto, que tem um potencial de crescimento enorme, começou, assim, a dar os seus primeiros passos.*

*Na passada terça-feira, dia 1 de fevereiro, tive oportunidade de participar, enquanto vereador desta Câmara Municipal, num workshop de sensibilização e capacitação de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em Data Science, promovido pela Associação Portuguesa de Data Science (DSPA – Data Science Portuguese Association), aproveitando o momento para divulgar o #CoimbraCityLab.*

*Expliquei que o #CoimbraCityLab foi pensado e criado junto da comunidade inteligente do concelho e visa o desenvolvimento de respostas tecnológicas que otimizem a eficiência urbana e promovam o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Que pretendemos dar oportunidade a qualquer pessoa de apresentar, experimentar e implementar os seus projetos, protótipos ou produtos em desenvolvimento, em ambiente real, na cidade de Coimbra.*

*Referi que o projeto privilegia o intercâmbio de experiências com parceiros de excelência, como a Universidade de Coimbra, o Instituto Politécnico de Coimbra, o Instituto Pedro Nunes e o The Things Network – Coimbra (TTN-Coimbra), num verdadeiro trabalho em rede, que pretende apresentar a cidade como um laboratório vivo de inovação tecnológica, que acolhe e desenvolve ideias, soluções e respostas na área da transformação digital e da sustentabilidade.*

*Um projeto, sublinhe-se, que se quer aberto e recetivo a todos os contributos, tendo como objetivo ajudar a desenvolver e experimentar ideias em ambiente real, através da disponibilização de meios de suporte para a sua concretização.*

*No workshop que referi, dei a conhecer alguns dos projetos que o #CoimbraCityLab já acolhe, tais como:*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. o **Luxifer**, na área da gestão inteligente da iluminação pública – um projeto que já tem o protótipo concluído e parceiros identificados para a sua implementação, tendo sido o vencedor do concurso “The Future City Challenge – Coimbra” em 2021;
2. o **UrsoVerde**, que através de um sistema combinado de uma app/chatbot, dispositivos IoT e um servidor central, promove atividades e práticas protetoras do ambiente, da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida do cidadão, e que já tem também o protótipo concluído;
3. o **Sustainable Irrigation**, um sistema de gestão inteligente da irrigação de zonas verdes, também com protótipo concluído e já com zona-piloto identificada para a sua implementação na cidade;
4. o **Smart Parking**, que permite monitorizar os lugares de estacionamento existentes em Coimbra, permitindo ao cidadão saber a quantidade de lugares livres e a sua localização, cujo planeamento está em curso com vários intervenientes envolvidos;
5. ou o **Girobikes – Mapeamento de Rotas de Bicicletas**, que cria mapas de orientação para ciclistas (ou skatistas, patinadores, utilizadores de trotinetes, etc.) circularem pela cidade com maior segurança, apontando rotas oficiais e não oficiais, de forma automática.

*Estamos certos de que estes projetos vão fazer parte da solução e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de quem habita na cidade de Coimbra, que pretendemos que seja cada vez mais sustentável, mais inclusiva, mais criativa e eficiente, mais segura, saudável e feliz. E quem diz a cidade de Coimbra, diz a região Centro, o país, o mundo.*

*Sublinho, contudo, que queremos muitos mais e que temos a porta aberta para acolher todas as ideias e ajudar a desenvolvê-las. Temos um email criado para esse efeito: o [citylab@cm-coimbra.pt](mailto:citylab@cm-coimbra.pt), e um número de telefone direto, o 239 857 169.*

*Nunca é demais dar a conhecer e promover um projeto com este potencial, que se faz através da participação de toda uma comunidade inteligente e de todos os que têm ideias, soluções, respostas nesta área, e por isso lanço aqui um desafio aos meus colegas de Vereação, à Comunicação Social e a quem nos está a ouvir através do streaming: divulguem o **#CoimbraCityLab**, passem a palavra, se têm ideias e querem desenvolvê-las juntem-se ao projeto, porque o seu lema é precisamente esse: trabalharmos juntos!”*



### ORDEM DO DIA

#### PONTO I. ADMINISTRAÇÃO GERAL

##### I.1. GAP - Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Coimbra e o Município de Quelimane – Moçambique

O Município de Quelimane, de Moçambique, veio através do seu Presidente, Prof. Doutor Manuel de Araújo, propor a esta Autarquia a celebração de um protocolo de cooperação entre os dois Municípios, nas áreas da formação e gestão autárquica, educação, cultura, saúde, ordenamento do território, urbanismo e ambiente.

Assim, foi elaborada a informação n.º 5821, de 01/02/2022, do Gabinete da Presidência, que obteve despacho do Senhor Presidente, em 02/02/2022.

O Senhor **Presidente** referiu que o protocolo em questão surge na sequência do pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Quelimane, em Moçambique, no sentido de poder iniciar uma fase de cooperação que seria extraordinariamente importante para o Município de Quelimane beneficiar dos recursos e do conhecimento do Município de Coimbra.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** disse que saudava a relação de colaboração com um Município de Moçambique, evidenciando que os Senhores Vereadores do Partido Socialista iriam votar favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, considerando vantajosa para ambas as partes esta colaboração. Por outro lado, saudou a melhoria evidente nesta proposta porque não é proposto que a Câmara Municipal decida aprovar uma minuta de protocolo, mas sim que a Câmara Municipal aprove o estabelecimento de uma relação de cooperação com o Município moçambicano de Quelimane. Assim, salientou que é precisamente isso que está em causa e não aquela “conversa” da última reunião da Câmara Municipal sobre aprovar minutas de protocolos com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) e com o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC). Deste modo, mencionou que, assim, sentem-se perfeitamente confortáveis com este texto bastante melhorado. Contudo, disse que se começa a estranhar que este tipo de informações não passe pelos serviços municipais que devem dar parecer sobre as propostas que são apresentadas à Câmara Municipal, chamando a atenção que, neste caso, a Câmara Municipal tem uma Divisão de Protocolo e Comunicação que tem nas suas atribuições e competências, designadamente, apoiar o Executivo na representação e nas atividades de cooperação externa do Município, no âmbito de organizações nacionais ou internacionais, bem como no desenvolvimento de relações institucionais, designadamente no âmbito das geminações com outros Municípios. Neste contexto, assinalou que é precisamente este o caso, embora não seja obrigatório que os processos passem pelos serviços municipais, mas que eles existem para alguma coisa e que, se eles puderem dar parecer sobre aquilo que está a ser proposto à Câmara Municipal, muito ganhariam do ponto de vista da instrução dos processos e do conforto que o Executivo Municipal terá ao votar determinados processos.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** mencionou que acompanhava a intervenção da Senhora Vereadora Carina Gomes porque, de facto, torna-se recorrente o agendamento de protocolos sem a devida análise técnica das unidades orgânicas competentes. Assim, deu conhecimento que o Senhor Presidente contratou, por ajuste direto, uma sociedade de advogados de Lisboa, a Abreu & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL, para fazer a reestruturação dos serviços municipais, sendo esta uma informação que é pública e que está publicada na base.gov, sendo que, até essa reestruturação, continuam a existir unidades orgânicas com dirigentes com trabalhadores que estarão, naturalmente, disponíveis para continuar a fazer o seu trabalho, até porque são pagos para isso. Por outro lado, assinalou que, face à ausência de um enquadramento mais técnico e mais profundo pela Divisão de Protocolo e Comunicação, que tem competências nesta matéria na área da cooperação, não se percebem muito bem quais são as motivações para fazer este protocolo com o Município de Quelimane, uma vez que Moçambique tem mais de 50 Municípios e não se percebe o porquê deste, tendo apenas agora percebido que tinha sido por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Quelimane e que, certamente, precisará de ajuda e beneficiará do contributo que o Município de Coimbra lhe possa dar. Disse, ainda, que lhe deixa muito preocupada a cláusula 5.<sup>a</sup> deste protocolo, que remete para termos posteriores os encargos decorrentes das atividades executadas ao abrigo do protocolo genérico que, agora, é apresentado como se fosse um “cheque em branco” já avalizado por este protocolo. Deste modo, assinalou que não percebem que tipo de encargos é que poderão advir para o Município de Coimbra, relativamente a este protocolo. No entanto, assinalou que, tal como mencionou a Senhora Vereadora Carina Gomes, votarão a favor porque são, naturalmente, favoráveis às cooperações internacionais, sobretudo em países que precisam efetivamente da ajuda da Câmara Municipal de Coimbra, mas que gostariam de ter uma informação mais bem fundamentada.

O Senhor **Presidente** referiu que os trabalhadores do Município de Coimbra estão aptos para trabalhar em tudo o que seja necessário e terão sempre a solicitação do Executivo Municipal quando for necessário, não os sobrecarregando com questões que, objetivamente, não são essenciais. Assim, disse que a definição destes protocolos passa por uma decisão política do Executivo Municipal, não necessitando de um parecer positivo dos serviços ou dos trabalhadores da Câmara Municipal nesse sentido. Deste modo e com todo o respeito pelos trabalhadores, as decisões políticas são tomadas por este Executivo Municipal, não precisando de estar a



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

desgastar-se com burocracias desnecessárias e que os competentes serviços municipais serão solicitados, naturalmente, sempre que necessário. Quanto à questão do protocolo e da minuta, salientou que as mesmas são indissociáveis, uma vez que uma minuta implica um protocolo e o protocolo concretiza-se através da sua assinatura pelo que é essencial aprovar a minuta, acrescentando que essa separação é uma questão burocrática, não tendo nada a ver com aquilo que é a essencialidade destas matérias. No que diz respeito à preocupação com o ponto 5, referiu que, não estando prevista nenhuma ação concreta, neste momento este é um protocolo “chapéu”, a partir do qual se poderão desenvolver iniciativas, não sendo possível estimar eventuais custos. Por outro lado, informou que aquilo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Quelimane colocou com muita intensidade é que precisam, sobretudo, de apoio a nível de formação e não tanto a nível financiamento, referindo que têm um hospital equipado com o mais moderno equipamento e que não têm ninguém capaz de o utilizar. Deste modo, salientou que essas são as necessidades mais prementes de alguns países de África, não só os países de língua portuguesa, e que *o know how* e as competências do Município de Coimbra e dos seus municípios e das suas instituições podem ser muito importantes, sendo daí que tenham correspondido a uma solicitação, tal como estão, dentro das possibilidades do Município, disponíveis para outro tipo de colaborações.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 199/2022 (07/02/2022):*

- **Aprovar o estabelecimento de uma relação de cooperação com o Município moçambicano de Quelimane, titulada através do protocolo cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO II. FINANCEIRO

#### II.1. DF-DCF - Situação Financeira – Conhecimento

Foi presente o balancete referente ao dia 4 de fevereiro de 2022, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 18.344.735,47€ (dezoito milhões trezentos e quarenta e quatro mil setecentos e trinta e cinco euros e quarenta e sete centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 13.053.383,84€ (treze milhões cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três euros e oitenta e quatro centavos) e as operações não orçamentais no valor de 5.291.351,63 € (cinco milhões duzentos e noventa e um mil trezentos e cinquenta e um euros e sessenta e três centavos).

*Deliberação n.º 200/2022 (07/02/2022):*

- **Tomado conhecimento.**

#### II.2. DF – DCF - Encerramento da conta bancária n.º 001901480020000016943 no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.

Em cumprimento do despacho do Senhor Vereador Miguel Fonseca, de 28/12/2021 sobre registo MGD n.º 66467 e considerando o disposto no n.º 1 do artigo 5.2. da Norma de Controlo Interno “...o encerramento de ...Contas Bancárias deve ser proposta pelo diretor do Departamento Financeiro ao Senhor Presidente da Câmara ou Vereador com responsabilidades na área financeira, para submissão a deliberação do Órgão Executivo...”, foi elaborada a informação n.º 4702, de 26/01/2022, da Divisão de Contabilidade e Finanças,



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão na mesma data e do Diretor do Departamento Financeiro, em 27/01/2022, bem como os despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca, na mesma data e do Senhor Presidente, de 31/01/2022, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 201/2022 (07/02/2022):*

- **Autorizar o encerramento da conta de depósitos à ordem n.º 001901480020000016943 no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **PONTO III. EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

#### **III.1. DPEM - Ampliação e Requalificação da Escola EB1 Conchada – Estudo Prévio**

A Escola EB1 da Conchada não se encontra dotada das condições adequadas ao conceito de Escola a Tempo Inteiro, englobando as valências de Almoço, Componente de Apoio à Família (ATL) e Atividades de Enriquecimento Curricular.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** saudou este passo para a ampliação e requalificação da Escola EB1 da Conchada, uma vez que deu conta de uma visita que fez à escola muito recentemente, onde ficou muito bem impressionado com o trabalho desenvolvido pelos seus professores e funcionários, sendo com agrado que vê que, agora, é dado este passo no sentido da requalificação, bem mais do que merecida e necessária, da Escola EB1 da Conchada.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** referiu que não tinha dúvidas algumas relativamente à necessidade de requalificação desta escola, necessidade essa que já foi identificada pelo Executivo Municipal anterior. No entanto, assinalou que não se percebe bem para que efeitos este processo é apresentado à Câmara Municipal, havendo inúmeros encaminhamentos do processo, mas que depois ninguém faz uma proposta em concreto. Salientou que a informação da técnica da Divisão de Educação data de janeiro de 2021, sendo uma informação genérica e que identifica apenas as necessidades de requalificação da escola, mas que, depois, não há nenhuma informação técnica do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, não existindo qualquer estimativa de custos neste estudo prévio. Assim, a Senhora Vereadora questionou para que efeitos este ponto foi agendado.

A Senhora **Vereadora Ana Cortez Vaz** mencionou que a Escola Básica do 1.º Ciclo da Conchada, tal como todos sabem e tal como o Senhor Vereador Francisco Queirós afirmou, numa das últimas reuniões da Câmara Municipal, quando a foi visitar, está quase toda assente ou baseada em contentores. Assim, lembrou que os primeiros contentores foram colocados no local em 2009, numa primeira ação para implementação das Atividades Extracurriculares (AEC), tendo havido, posteriormente, a necessidade de ser criado um espaço para refeitório e para instalações sanitárias, tendo aí sido colocados, em 2014, mais dois contentores. Referiu que, a partir do Ano Letivo 2019/2020, verificou-se um aumento de alunos, tendo passado de duas para quatro turmas, onde passaram a ser usados dois contentores como sala de aula, para além do refeitório e instalações sanitárias. Neste contexto, a Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz disse que não queria colocar em causa a análise que a Senhora Vereadora Regina Bento fez, mas que se lembra de ter visto nas informações a que teve acesso e de ter comentado com a Senhora Vereadora Ana Bastos sobre os custos que este projeto iria ter e que, assim que soubesse, lhe faria chegar essa informação. Salientou que é, de facto, muito importante e que todos estão de acordo que a EB1 da Conchada necessita de obras urgentes, considerando que não são condições para os alunos estarem a aprender seja o que for em contentores, grande parte deles sem as condições necessárias.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Presidente** explicou que o que estaria para aprovação seria a memória descritiva que diz qual é o caminho que irão seguir na requalificação da Escola EB1 da Conchada, dando o passo definitivo no sentido da concretização dessa requalificação. Neste contexto, salientou que, a partir deste ponto, iria haver o compromisso assumido de acelerar esses procedimentos.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** disse que percebeu perfeitamente o que o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz referiram, questionando se isto significava que, daqui a pouquíssimo tempo, de preferência na próxima reunião da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz iria apresentar os custos do projeto, uma vez que o Executivo Municipal estaria, atualmente, a aprovar uma memória descritiva, tendo dúvidas se a Câmara Municipal teria competências para aprovar uma memória descritiva, uma vez que esta é uma peça técnica de um processo. Assim, assinalou que se lhes disserem quais são os custos e que irão abrir um concurso publico numa determinada data, estarão de acordo com isso, lembrando que o Senhor Presidente disse, há alguns assuntos atrás, que o que é político decide-se no Executivo Municipal e o que é técnico precisa de pareceres técnicos. Deste modo, assinalou que, sem pareceres técnicos, tem alguma dificuldade em aprovar memórias descritivas de obras.

O Senhor **Presidente** esclareceu que o que iriam aprovar, porque é uma decisão e em cima da qual será construído todo o restante processo, é a intervenção na Escola EB1 da Conchada com esta memória descritiva. Acrescentou que, naturalmente, o projeto final e o concurso terão de ser apresentados ao Executivo Municipal, mas que julga que estarão todos de acordo, sendo esta uma decisão política de avançar com este projeto, não sendo uma decisão técnica, embora esta decisão política se fundamente no óbvio critério técnico da necessidade da intervenção urgente nesta escola.

Face ao exposto e nos termos da informação n.º 699, de 06/01/2021, da Divisão de Educação, que obteve parecer da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, em 01/02/2022 e despachos da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz e do Senhor Presidente, da mesma data, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 202/2022 (07/02/2022):*

- **Aprovar o estudo prévio de ampliação e requalificação da EB1 da Conchada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **III.2. DDSSA - Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra – Protocolo de colaboração com o Município de Coimbra no âmbito do Centro de Estudos e Desenvolvimento dos Cuidados Continuados e Paliativos e o Projeto NUVEM**

A Faculdade de Medicina, através do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Cuidados Continuados e Paliativos, e a Câmara Municipal de Coimbra pretendem estabelecer, por mútuo acordo, um protocolo de colaboração, tendo em vista a cooperação entre ambas as entidades no âmbito dos cuidados continuados e paliativos. No âmbito do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Cuidados Continuados e Paliativos, foi criado o Núcleo Universitário de Voluntariado dos Estudantes de Medicina (NUVEM), que consiste numa ação de voluntariado para o estudo do ambiente e condições de prestação de cuidados aos cidadãos com dependência e/ou isolamento. Este projeto pretende que os estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra forneçam apoio e ajuda ao Cuidador Informal – familiar, amigo ou conhecido que presta assistência a alguém que, pela sua idade ou como resultado de uma condição crónica, tem um grau de incapacidade variável, que o impede de realizar todas as ações necessárias a uma existência humanamente digna – e ao cidadão em situação de solidão, pelo isolamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Vereadora Regina Bento** saudou a parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC) e com os estudantes da FMUC, organizados no Núcleo Universitário de Voluntariado dos Estudantes de Medicina (NUVEM), referindo que esta é uma área especialmente sensível e necessária, no contexto da atual sociedade cada vez mais envelhecida. Neste contexto, mencionou que gostaria de perceber melhor como é que se traduz exatamente este protocolo, em que é que consistirá e como é que se integra ou se integrará com o possível futuro Programa Municipal de Apoio ao Cuidador Informal. Evidenciou que a informação técnica disponibilizada não tem qualquer enquadramento legal, nem o próprio protocolo, existindo apenas um enquadramento legal no relatório do MyDoc, que é o Sistema de Gestão Documental do Município, considerando que devia constar no próprio protocolo e na informação técnica e não no relatório que é apenas de encaminhamento. No entanto, questionou o enquadramento legal desse relatório na alínea v) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, uma vez que essa alínea v) refere-se à participação na prestação de serviços e prestação de apoio a pessoas em situações de vulnerabilidade em parceria com as entidades competentes da Administração Central e com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), o que não lhe parece que seja o caso, uma vez que a Universidade de Coimbra (UC) não é uma instituição da Administração Central, mas sim uma entidade autónoma. Assim, a Senhora Vereadora sugeriu que fosse retirada esta alínea, deixando as outras restantes, dado que, no fundo, o essencial é, de facto, saudar esta parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC).

A Senhora **Vereadora Ana Cortez Vaz** mencionou que, pelo facto de a informação ter essa lacuna, é que o Diretor do Departamento Desenvolvimento Social, Saúde e Ambiente solicitou à técnica que a enquadrasse legalmente, o que, de facto, veio a acontecer na informação que se encontra no relatório MyDoc. Por outro lado, afirmou que foi com muito agrado que recebeu na Câmara Municipal de Coimbra os responsáveis do Núcleo Universitário de Voluntariado dos Estudantes de Medicina (NUVEM), considerando que são alunos que, mais do que prestarem apoio a nível de saúde, querem conhecer melhor a realidade. Assim, deu conhecimento que os mesmos serão parceiros da Câmara Municipal no Conselho Local de Ação Social (CLAS), na Rede Social de Coimbra, tendo como objetivo primordial o conhecimento da realidade, não se circunscrevendo apenas ao ambiente hospitalar, conhecendo as pessoas em situação de sem abrigo e os idosos que estão em solidão. No que diz respeito à articulação com o Programa Municipal de Apoio ao Cuidador Informal, a Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz disse que não deixa de ser interessante numa segunda fase, considerando que, numa primeira fase, parece-lhes, de facto, bastante interessante esta cooperação entre os estudantes do 3.º, 4.º ou 5.º anos da Faculdade de Medicina no sentido de conhecerem melhor os problemas sociais e a realidade.

Face ao exposto e nos termos da informação n.º 5231, de 28/01/2022, da Divisão de Intervenção e Ação Social, que mereceu parecer do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Ambiente, em 01/02/2022, bem como despacho da Senhora Vereadora Ana Cortez Vaz, nessa mesma data e do Senhor Presidente, em 02/02/2022, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 203/2022 (07/02/2022):*

- **Celebrar um protocolo de colaboração entre o Município de Coimbra e a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que através do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Cuidados Continuados e Paliativos e o Projeto NUVEM concretizarão ações nos domínios do ensino, investigação e de divulgação científica, participação em projetos conjuntos de apoio à comunidade, acesso a redes de informação e ainda organização de iniciativas científicas e de formação profissional.**

A minuta do referido protocolo, dada a sua extensão, fica apenas à presente ata fazendo parte integrante da mesma.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **III.3. GAP - Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Coimbra e a Escola Superior de Educação de Coimbra**

Considerando o entendimento perfilhado pelo Senhor Presidente desta Câmara Municipal de que as instituições públicas devem procurar contribuir para a formação dos alunos e para o desenvolvimento dos investigadores, o que pressupõe que os mesmos possam aplicar os seus conhecimentos e investigar em contexto real de trabalho e no território do Concelho, foi manifestada a disponibilidade desta Autarquia junto de várias instituições de ensino superior para a outorga de um protocolo formal de colaboração, com o intuito de, numa relação *win-win*, proporcionar uma melhor formação, promover uma mais fácil integração dos alunos no mercado de trabalho e disponibilizar um vasto laboratório aos investigadores. Em resposta à disponibilidade demonstrada por esta Autarquia, a Escola Superior de Educação de Coimbra veio manifestar o seu agrado na intensificação da relação institucional, tendo concordado com os termos da minuta de protocolo geral de cooperação.

Assim, tendo por base a informação n.º 5952, de 02/02/2022, do Gabinete da Presidência, na qual foi exarado despacho pelo Senhor Presidente, nessa mesma data, e nos termos e para os efeitos previstos na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 204/2022 (07/02/2022):*

- **Estabelecer uma relação de cooperação com a Escola Superior de Educação de Coimbra, nos termos fixados na minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Coimbra e aquele estabelecimento de ensino, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## **PONTO IV. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA**

### **IV.1. DCT-DCPT – Associação Artística e Cultural Salatina – Pedido de declaração de utilidade pública**

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros solicitou à Câmara Municipal de Coimbra parecer sobre a atividade da “Associação Artística e Cultural Salatina” através do ofício MGD n.º 69524, de 28/12/2021, com o objetivo de recolher contributos que complementem o processo de apreciação da pretensão daquela associação em obter o estatuto de utilidade pública, em face do requerimento endereçado à Presidência do Conselho de Ministros.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** questionou para que efeitos é que este processo vinha a reunião da Câmara Municipal, uma vez que, pelo relatório, o Senhor Presidente já assinou o ofício. Assim, referiu que apenas têm acesso à comunicação da Presidência do Conselho de Ministros, não constando do processo o parecer dos serviços municipais, que imagina que seja favorável, salientando que o relatório diz “ofício assinado”.

O Senhor **Presidente** disse que o ofício não seguiu e que este processo é mesmo para deliberar.





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Neste contexto e nos termos da informação n.º 2701, de 14/01/2022, da Divisão de Cultura e Promoção Turística, na qual foi exarado parecer do Chefe da referida Divisão, em 17/01/2022 e do Diretor do Departamento de Cultura e Turismo, em 24/01/2022, bem como despacho do Senhor Presidente, em 02/02/2022, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 205/2022 (07/02/2022):*

- **Emitir um parecer, a enviar à Presidência do Conselho de Ministros, com o seguinte teor:**
  - A atividade da Associação Artística e Cultural Salatina com o nível artístico que a tem caracterizado, contribui para a diversificação da oferta artístico-cultural do Município de Coimbra enriquecendo a dinâmica cultural da cidade;
  - A Associação desenvolve a sua atividade de forma regular, desde a sua fundação, apresentando uma atividade cultural de qualidade, nas áreas cultural, recreativa e social;
  - A Associação colabora, regularmente, na programação cultural promovida pela Câmara Municipal de Coimbra, no âmbito do apoio ao associativismo cultural.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Neste momento ausentou-se o Senhor Vereador Carlos Lopes.

### PONTO V. TEMPOS LIVRES E DESPORTO

#### V.1. Associação Académica de Coimbra/Secção de Desportos Náuticos - Isenção de taxas municipais no âmbito da realização de Regata de Fundo a realizar em Coimbra (19 de fevereiro de 2022)

Acusando a receção do pedido da Associação Académica de Coimbra/Secção de Desportos Náuticos (AAC/SDN), RT n.º 202000 contendo ofício (042.22/E de 13 de janeiro de 2022) a informar da realização de uma regata no dia 19 de fevereiro de 2022 (sábado – 09h00-13h30) denominada Regata de Fundo, no Parque Náutico Verde do Mondego assim como da solicitação de apoio (Companhia Municipal de Bombeiros Sapadores), foi elaborada a informação n.º 4954, de 27/01/2022, da Divisão de Desporto e Juventude, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, bem como despacho do Senhor Vereador Carlos Lopes, todos de 02/02/2022, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 206/2022 (07/02/2022):*

- **Isentar a Associação Académica de Coimbra/Secção de Desportos Náuticos do pagamento de taxas, no valor de 923,48€, relativo ao apoio do Município à Regata a realizar no dia 19 de fevereiro de 2022 (sábado – 09h00-13h30) denominada *Regata de Fundo*, conforme previsto no n.º 2 do artigo 21º, do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 307/2021), considerando de relevante interesse o evento do ponto de vista desportivo, económico e social para o Município de Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Neste momento retomou os trabalhos o Senhor Vereador Carlos Lopes

### PONTO VI. AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### VI.1. DEPMT – DEVJ – Adesão formal à Estratégia Transnacional de Combate à Cortaderia Selloana e assinatura da Carta de Adesão

A equipa técnica nacional do Projeto LIFE STOP Cortaderia - Estratégia Transnacional de Combate à Cortaderia Selloana (o Grupo Invasora.pt), identificou o Município de Coimbra como um dos agentes que será importante envolver no controlo de Cortaderia seloana ou erva das pampas. Neste sentido, o referido grupo enviou proposta através do MGD n.º 63715, para a adesão formal à “Projeto LIFE Stop Cortaderia Estratégia Transnacional”.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** sublinhou que se trata da adesão a uma estratégia de combate a esta planta infestante, originária da América do Sul, e que tem consequências profundamente negativas para o ambiente e para a saúde humana, uma vez que causa alergias num período que não é o período normal das alergias, “massacrando”, ainda mais, as pessoas que estão mais sujeitas a este problema de saúde. Assim, o Senhor Vereador deu conhecimento que esta é a adesão a uma estratégia de combate à “erva das pampas”, que é muito bonita, mas que tem estas consequências profundamente negativas em termos ambientais e em termos de saúde pública.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** disse que, na última página da informação técnica, é proposto que a Câmara Municipal delibere no sentido da adesão formal à Estratégia Transnacional de Combate à *Cortaderia Selloana*. Assim, questionou se este processo, tratando-se de uma carta de adesão e uma vez que a informação diz, especificamente, que se trata de uma adesão formal, não tem de ser objeto de deliberação pela Assembleia Municipal.

O Senhor **Presidente** disse que, se for o caso de ter de ir à Assembleia Municipal, irão analisar esse aspeto com os serviços municipais. No entanto, referiu que, de qualquer forma, o processo tem de passar pela aprovação do Executivo Municipal.

Face ao exposto e nos termos da informação n.º 5901, de 02/02/2022, do Chefe da Divisão de Espaços Verdes e Jardins, na qual foi exarado parecer do Diretor do Departamento de Espaço Público, Mobilidade e Trânsito e despachos do Senhor Vereador Francisco Queirós e do Senhor Presidente, todos dessa mesma data, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 207/2022 (07/02/2022):*

- **Aderir formalmente à Estratégia Transnacional de Combate à Cortaderia Selloana, procedendo-se à assinatura da respetiva Carta de Adesão.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## PONTO VII. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

### VII.1. DEPE - Frente de Rio – Margem Direita (Entre a Ponte de Santa Clara e a Ponte Açude)

O presente Estudo Urbanístico incide sobre a margem direita do Mondego (Av. Aeminium e Largo da Portagem), numa extensão total de cerca de 1,3km, mais concretamente no troço mais urbano da marginal entre as pontes de Santa Clara e Açude. Abrange também quarteirões até à Av. Fernão de Magalhães e à Rua do Cais da Estação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A este respeito, foi apresentada a informação n.º 5127, de 28/01/2022, da Divisão de Estudos e Projetos Estratégicos, que obteve parecer do Chefe da referida Divisão na mesma data e da Diretora do Departamento de Planeamento e Estudos Estratégicos em 31/01/2022, bem como o seguinte despacho da Senhora Vereadora Ana Bastos:

*“À consideração do Sr. Presidente, para submissão à apreciação do executivo municipal. Com as obras de reforço dos muros da margem direita do Rio em andamento e com as destinadas à implementação do sistema do MetroBus, abrem-se perspectivas para repensar a frente urbana, entre o Açude-Ponte e a Ponte de Santa Clara. Tirando partido dos diferentes estudos já desenvolvidos para aquele espaço, a solução proposta procura compatibilizar e articular, de forma funcional e coerente, as diferentes vertentes envolvidas na organização do espaço. É repensado esquema de mobilidade, onde se privilegia a circulação dos modos suaves e a fruição urbana, ao mesmo tempo que se faculta coerência à estrutura rodoviária. De forma articulada são definidas formas urbanas e pretensões edificatórias, nomeadamente para os três novos quarteirões laterais à linha ferroviária. De forma a recolher contributos e sugestões por parte dos interessados, propõe-se divulgar o presente Estudo Urbanístico, numa fase inicial do trabalho, equivalente à fase de Estudo prévio. Dada a urgência do presente processo propõe-se proceder à abertura do procedimento de Consulta Pública, pelo prazo de 15 dias”.*

A Senhora Vereadora Ana Bastos proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“Com as obras de reforço dos muros da margem direita do Rio em andamento e com as destinadas à implementação do sistema do MetroBus, abrem-se perspectivas para repensar a frente urbana, entre o Açude-Ponte e a Ponte de Santa Clara, oferecendo-a às pessoas e à vivência urbana, num corredor de qualidade que se expande entre o Choupal até ao parque verde da cidade.*

*O estudo urbanístico hoje aqui apresentado, revelou-se mesmo uma necessidade e uma oportunidade face aos diferentes estudos existentes na Câmara Municipal de Coimbra aplicados aquele trecho, nem sempre compatíveis entre si. São exemplo, o estudo do reforço dos muros da margem direita, a ARU Coimbra-rio, o projeto do canal MetroBus e alguns estudos pontuais no âmbito do Sistema do Metro do Mondego. Também a pressão urbanística, que se faz sentir sobre o desenvolvimento daquela frente urbana, justificou a adoção de uma atitude pró-ativa da Câmara Municipal de Coimbra, enquanto entidade gestora do espaço, para desenvolver uma solução conjunta e integrada, onde se articularam preocupações de mobilidade, transportes, de requalificação urbana e morfologia urbana que confirmam ao espaço coerência, funcionalidade e lógica de conjunto.*

*Por outro lado, e atendendo a que o trecho entre o Açude-Ponte e o largo da Portagem se encontra encerrado ao trânsito automóvel há cerca de 2 anos, tal já obrigou à alteração dos hábitos e padrões de mobilidade, pelo que a solução em termos de tráfego já se encontra validada, por simples observação local. Ao mesmo tempo, e com as obras em curso e previstas, abre-se aqui uma janela de oportunidade única para se repensar o funcionamento deste trecho, substituindo a sua função rodoviária por um espaço com qualidade paisagística, arquitetónica e ambiental, onde se privilegia a fruição urbana e a socialização, atividades de desporto e lazer e se devolve o espaço aos modos suaves e à fruição urbana.*

*A solução apresentada assenta em três princípios basilares: (1) a necessidade de ser promovida a aproximação da cidade ao rio, tirando partido do magnífico espelho de água da albufeira do açude ponte; (2) criação de uma rede viária, pedonal e ciclável, continua e coerente e que potencie o desenvolvimento urbanístico da zona; (3) adoção de uma solução que contribua para a alteração do paradigma de mobilidade urbana em Coimbra, promovendo o uso dos transportes públicos e modos suaves.*

*Assim, o estudo urbanístico tira partido da solução em execução de reforço da margem direita do Mondego e cria espaços amplos de circulação pedonal e ciclável, entre o Açude Ponte e a Estação Nova. Reforce-se que a obra em curso, de reforço dos muros, não sofre qualquer alteração para além da já aqui aprovada para construção do emissário e adutora das águas do Centro litoral, seja em termos de ordenamento paisagístico,*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*seja de materiais, já que a intervenção a reformulação aqui proposta apenas incide na faixa de rodagem em material betuminoso.*

*Foi estudada a hipótese de manter, em alguns sub-trechos, um sentido de trânsito na Avenida Aeminium, contudo tal solução acabou por ser descartada. No trecho adjacente à Estação Nova tal deveu-se à manifesta falta de espaço para se criar um passeio e ciclovia com as dimensões mínimas desejáveis, numa zona onde a circulação pedonal assumem a maior relevância. No sub-trecho junto à APA, por se pretender contrariar a invasão da marginal por parte de tráfego de atravessamento entre a margem direita e a esquerda, e por inerência a atração de tráfego adicional para o tabuleiro inferior do Açude-Ponte.*

*Apesar disso, a solução de reordenamento da avenida, que privilegia a fruição urbana mantém o acesso a veículos de emergência ou de caráter excecional, por recurso a soluções de desenho urbano que potencie a canalização de movimentos sem, contudo, marcar fisicamente o espaço.*

*O estudo prevê, desde já, a possibilidade de inserção de uma futura nova ponte pedonal e ciclável sobre o Rio Mondego. Esta ponte, indicada em alguns estudos para fins pedonais e cicláveis, com diferentes localizações e orientações, assume agora uma localização consolidada e devidamente articulada com uma possível futura expansão da rede do Sistema de Mobilidade do Mondego para a margem esquerda e zona sul do concelho, atualmente já em discussão na CIM|RC.*

*De forma articulada são ainda definidas formas urbanas e pretensões edificatórias, nomeadamente para os três novos quarteirões laterais à linha ferroviária. A proposta assenta na criação de dois quarteirões em “U” abertos para o rio, associados a espaços vazados em galeria o que confere ao espaço uma maior permeabilidade e diversidade de percursos pedonais nas ligações entre os arruamentos marginais, as duas praças interiores aos quarteirões e a beira-rio. Paralelamente é criada uma rede fechada de arruamentos locais, a qual garantirá a acessibilidade e desenvolvimento urbanístico local. Realça-se o estabelecimento de uma ligação para norte da rua do Cais da Estação, reforçando-se o alinhamento dos edifícios entre as ruas dos Oleiros e do Arnado.*

*Estamos a redesenhar uma das frentes urbanas mais notórias da cidade, pelo que antes de se consolidar a solução final, importa ouvir a população quanto às pretensões aqui expostas. Assim propõe-se divulgar o presente Estudo Urbanístico, numa fase ainda inicial, considerada equivalente à fase de Estudo prévio. Dada a urgência do presente processo propõe-se proceder à abertura do procedimento de Consulta Pública, pelo prazo de 15 dias, para recolha contributos e sugestões por parte de todos os interessados.”*

Neste momento, o Senhor Presidente deu a palavra ao Arquiteto Paulo Fonseca de forma a apresentar o estudo e tudo o que está na base da ideia que se começa a consolidar.

O Senhor **Arquiteto Paulo Fonseca** disse que a sua intervenção diz respeito a uma proposta ou um estudo de intenções para a margem direita, entre a Ponte Açude e a Ponte de Santa Clara. Assim, explicou que os limites da área de intervenção são a norte a Ponte Açude e o nó de ligação entre a estrada para a Figueira da Foz e a Casa do Sal, que está previsto no projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM), a sul o Largo da Portagem/Ponte de Santa Clara, a nascente as ligações entre esta zona marginal e a Avenida Fernão de Magalhães e a ponte o Rio Mondego. Explicou que a cidade de Coimbra tinha, tradicionalmente, ligações entre o seu centro histórico e o rio, havendo, historicamente, indústrias ligadas à atividade marítima e à utilização do rio como um meio de transporte. No entanto, lembrou que, com a introdução da linha de caminho de ferro, criou-se uma barreira entre as ligações que havia entre o núcleo do centro histórico e o rio. Assim, disse que, ao longo do tempo, foram feitas várias abordagens de planeamento, nomeadamente ao longo do Século XX, identificando a rotura que existia entre a cidade e o rio, tentando ultrapassar essa questão de alguma forma. Lembrou que existiram várias soluções, tendo sido proposto o enterrar da linha do comboio, bem como existiram várias soluções diferentes ao nível da envolvente edificada e da relação do centro histórico e o rio. Referiu que, nos anos 40, um projeto já previa uma alameda junto ao rio onde se notava que havia já alguma tentativa de aproximar a cidade do rio, bem como uma abordagem modernista, de 1956, de Alberto Pessoa com blocos isolados, já com uma relação e transição entre o centro histórico e rio. Lembrou, ainda, que Costa



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lobo, em 1970, previu áreas de desnivelamento, com uma praça desnivelada sobre o rio, tentando uma aproximação da cidade ao rio. Assim, referiu que, neste momento, têm uma oportunidade, assinalando que a marginal encontra-se fechada há algum tempo, havendo obras em curso para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) e dos muros junto ao Rio Mondego. Por outro lado, disse que há iniciativas privadas em curso para aquela zona, nomeadamente nos terrenos da antiga Triunfo, bem como para os terrenos da Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) que ocupa a grande faixa de oficinas nas traseiras do edifício dos correios e que é uma grande área virada ao rio e com um potencial muito grande para estabelecer a ligação de vivências entre o centro da cidade e a margem do rio. Neste contexto, mencionou que a marginal como espaço pedonal foi o ponto cerne desta abordagem, tentando adequar a marginal a uma utilização lúdica e pedonal, pretendendo que a mesma tenha uma relação serena com o rio, tanto em termos formais, como dos materiais a utilizar, procurando uma relação de grande proximidade ao rio, bem como linhas de continuidade que lhe deem alguma coerência no seu conjunto, desde o Açude até à Portagem, tanto ao nível de alguma homogeneidade de materiais, como de alinhamentos de árvores, procurando, formalmente, uma unidade de leitura da marginal. Por outro lado, disse que a ciclovia tem sido, ultimamente, um aspeto a considerar neste tipo de abordagem, apostando claramente em modos de transporte mais leves, prevendo-se que haja uma ligação direta da ciclovia desde o tabuleiro inferior da Ponte Açude até ao Largo da Portagem. No entanto, salientou que se mantém a possibilidade de acesso a veículos de carácter excecional, embora não se prevejam grandes necessidades em termos de cargas e descargas, não devendo haver esse tipo de perturbação que existe noutras áreas pedonais, dado que nesta zona não há, aparentemente, necessidade de cargas e descargas ao longo deste traçado. Assim, explicou, que para que a marginal fosse pedonal, houve a necessidade de rever os aspetos da circulação, tentando apostar-se, quase sempre, em sentidos únicos e reduzir ao mínimo o número de pontos de conflito ou pontos de cruzamento, dando conta que, por exemplo, vindo da rotunda junto do novo centro de saúde da Avenida Fernão de Magalhães haverá um sentido único de maneira a eliminar estes cruzamentos com a saída da Ponte Açude. No restante, referiu que se aposta num conjunto, sempre que possível, de entradas e saídas na mão, reduzindo o número de estacionamento, dando conta que no grande espaço dos terrenos da Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA), que estão ocupados por oficinas, está prevista a possibilidade de novas urbanizações, havendo processos em curso com esse objetivo, prevendo-se, ainda, a possibilidade de uma via com sentido único permitindo eliminar pontos de atravessamento do canal do metro, reduzindo, também, os atravessamentos pedonais, encaminhando-os para a continuidade das travessias perpendiculares à marginal. Salientou que apesar de pretenderem que esta zona seja uma zona predominantemente pedonal, não pretendem que haja grande interferência com o funcionamento do metro, estando prevista a utilização, se necessário, de semáforos para os atravessamentos dos peões. No que diz respeito à questão da ponte pedonal, disse que há, desde há muito, algumas intenções no sentido de densificar as relações entre as margens do rio, lembrando que esta ponte pedonal e esta localização é um ponto estratégico porque permite, sem alterar a paragem em “T” do metro que faz a ligação entre a Linha da Lousã e a Linha do Hospital, introduzir uma ligação futura para o metrobus, ligando à margem sul diretamente a partir de qualquer origem, com exceção da ligação a Coimbra-B. Assim, disse que essa exceção lhes pareceu dispensável, dado que poderá haver uma área de transbordo, mas que, caso seja indispensável, será necessário rever esta ponto de ligação, introduzindo uma viragem para a ponte. Acrescentou que o canal do metro pode ser partilhado, caso seja indispensável uma ligação rodoviária entre as duas margens, sendo uma questão que pode ser suscitada no futuro, permitindo reduzir a dimensão do tabuleiro e o impacto da ponte e, naturalmente, o custo dessa mesma ponte, evidenciando que, a ser necessária uma ligação rodoviária, ela será feita diretamente a partir da Rua dos Oleiros. Para o terreno da Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA), disse que propuseram algumas alterações, uma vez que o que estava previsto dividia o terreno da IP em três grupos de edifícios, enquanto que agora são previstos dois grupos, o que permite otimizar, a nível de caves e de entradas e saídas, o número de rampas de acesso a caves e, também, tornar mais coerente o conjunto da solução, criando-se quarteirões abertos ao rio, com possibilidade de ocupação com áreas verdes ou esplanadas e que o interior seja usado por atividades de comércio e serviços, que possam tirar partido dessa proximidade ao rio. Referiu, ainda, que se propõe uma maior abertura em relação aos arruamentos existentes, com a utilização de galerias que, neste caso, propõem atravessamentos



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

diretos para o interior do quarteirão, sendo que ao longo do interior do quarteirão essa será uma opção do projeto que poderá ser equacionado ou não, embora pense que, neste caso, teria algumas vantagens, questão esta que ficará em aberto para evolução futura do projeto. Por outro lado, salientou que está prevista uma torção na rua do cais da estação, situação esta que já existia anteriormente e que, entretanto, tem vindo a ser definido um novo alinhamento para os edifícios, que é o alinhamento que vem desde a Coimbra Editora, das traseiras do edifício dos correios e de todos aqueles edifícios contíguos, à exceção de um edifício que fica a norte do edifício dos correios que, tendo em conta a dimensão da intervenção pretendida, seria uma oportunidade para corrigir o traçado desta rua, fazendo-a vir a direito até à Rua dos Oleiros. Referiu, ainda, que haverá uma outra proposta que poderá levantar alguma polémica relacionada com a Rua do Arnado, uma vez que, neste momento, a mesma tem um conjunto de armazéns que estão praticamente em ruína, embora mantenham a fachada, sendo armazéns com um piso e que não rematam devidamente o conjunto de edifícios em torres e embasamentos que vêm da Avenida Fernão de Magalhães, havendo, no entanto, o entendimento que aquele conjunto de edifícios constitui uma memória histórica, embora lhe pareça que estes edifícios, em si, não terão valor suficiente, questão que poderá ser discutida, considerando que a sua demolição trará vantagens que lhe parecem importantes. Neste contexto, mencionou que, por um lado, permite rematar as torres da Avenida Fernão de Magalhães de uma forma adequada estabelecendo relações de alinhamentos desde o Tivoli, permitindo a criação de duas zonas verdes com alguma importância, não pela dimensão, mas pela localização, uma em frente à Auto Industrial e outra em frente ao edifício da Ideal e da Coimbra Editora, permitindo, ainda, que o alinhamento da Rua Abel Dias Urbano prossiga a direito até ao edifício da Coimbra Editora, acrescentando que há intenções de urbanizar este remate, podendo ser algo a considerar. Como considerações finais, o Arquiteto Paulo Fonseca disse que o presente estudo pretende, sobretudo, garantir uma coerência ao conjunto de intervenções em curso ou previstas para esta zona que constitui uma fase de estudo prévio que procura indicar linhas de orientação para alteração de projetos em curso para a sua consideração dos projetos subsequentes, devendo ser avaliado, a nível de projetos, as implicações que têm, tentando utilizar, se possível, este estudo como orientador para projetos futuros, pressupondo que, ainda, é possível e oportuno proceder a alterações a esses projetos, tanto os projetos em curso, como também o diálogo com entidades que tenham processos em curso para o local. No entanto, dada a importância que esta zona tem para a cidade, considera que é uma oportunidade única para, de facto, reestabelecer a relação que a cidade, histórica e simbolicamente, tem com o Rio Mondego e que, até hoje, tem estado posta em causa pela existência de uma barreira que vai desaparecer.

O Senhor **Vereador Carlos Cidade** iniciou a sua intervenção saudando o trabalho do Arquiteto Paulo Fonseca, sublinhando aspetos que o mesmo referiu e que são de grande importância, nomeadamente em relação à linha do comboio. Referiu que teve oportunidade em participar em vários debates públicos sobre esta zona e que, de facto, sempre foi considerado há décadas o mal que a linha do comboio fazia, naquela zona, à cidade e às pessoas, afirmando que deveriam arrear, de vez, essa questão como argumento de arremesso político com a manutenção da linha do comboio. Por outro lado, disse que, nas informações que lhes foram remetidas, está subjacente, mas não é referido objetivamente, o enquadramento com a ARU existente naquela zona. No entanto, disse que há um conjunto de processos em curso naquela zona, onde foram impostas ligações rodoviárias, por via daquilo que está previsto na ARU, para a zona que, agora, se tem intenção de alterar. Acrescentou que não sabe como é que é possível negociar tudo desde que tenha enquadramento legal, referindo-se ao caso concreto das obras em curso na ex-Ideal e que levou a uma negociação com a Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA), acabando por impor uma ligação que, com este estudo de intenções, acaba por desaparecer. Disse, ainda, que há iniciativas imobiliárias, que já foram referidas, recordando que, relativamente às oficinas das Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) foi imposto pelos serviços, tendo em conta aquilo que estava previsto na ARU, um conjunto de alterações em relação ao primeiro estudo que apresentaram, alertando que poderão estar a colocar novas imposições e mais problemas, quando o que se pretende é que, rapidamente, se altere a imagem da cidade naquela zona. Relativamente à questão do Montepio, referiu que, também, foram obrigados a fazer alterações, e bem, dado que o primeiro projeto que apresentaram



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

era um autêntico “mamarracho”, tendo o Montepio acedido àquilo que se enquadrava mais com aquela zona, embora não deixando de ser, do ponto de vista arquitetónico, de grande qualidade. Quanto à Critical Software, disse que foi a mesma, do ponto de vista do seu interesse, que precisou de fazer mais alterações e, até, de equacionar a possibilidade de adquirir outras áreas. Neste contexto, mencionou que existe um conjunto de interesses que deverão conciliar e que terão de ser objeto de uma permanente negociação, devendo ser visto em que ponto é que estão, neste momento, esses processos em concreto e que implicações poderão ter. Neste contexto, o Senhor Vereador lembrou que, com esta zona, sempre afirmou que Coimbra iria passar a ter, de facto, um “calçadão”, assinalando que a proposta agora apresentada irá nesse sentido, estando perfeitamente de acordo com isso. Quanto à ponte pedonal, recordou que esta é uma questão antiga e que estava assegurada em todos os estudos, concretizando-se, neste estudo, um pouco mais a sua localização. Por outro lado, assinalou que mesmo com as obras entre a estação ferroviária e a Ponte Açude, o trânsito continua a passar, questionando se será para cortar o trânsito da estação ferroviária até à Ponte de Santa Clara, considerando difícil que, não deixando de ter uma zona preferencialmente pedonal e de ciclovias, que nesse troço não se encontre outra solução que não leve a que não seja transitável por viaturas, assinalando, ainda, a sua preocupação, que já foi sanada na intervenção do Arquiteto Paulo Fonseca, relativamente à acessibilidade para as viaturas de emergência. Por outro lado, afirmou que os “barracões” da Rua do Arnado, na esquina em frente à Auto Industrial, não têm nenhuma mais-valia do ponto de vista arquitetónico para a cidade, lembrando que há projetos para aquela zona, alertando, neste caso, para a questão da acessibilidade, nomeadamente da via que parte da zona dos hotéis até a Rua do Arnado, questão essa que tem vindo a ser debatida pelos serviços técnicos e o promotor de uma unidade hoteleira para aquela zona. Assim, salientou que não sabe se o que agora é sugerido é compatível com a imposição que a Câmara Municipal fez ao promotor, relativamente às vias, uma vez que existiram algumas divergências. Neste contexto, o Senhor Vereador referiu que há necessidade urgente de, internamente, se cruzarem as informações necessárias para que tudo corra pelo melhor, reforçando que Coimbra precisa, de facto, de um verdadeiro “calçadão” naquela zona.

O Senhor Vereador **Francisco Queirós** disse que o que estava, atualmente, em causa é uma proposta de deliberação da abertura de um procedimento de discussão pública. Quanto ao conteúdo e ao estudo urbanístico, o Senhor Vereador referiu que este é equivalente a um estudo prévio e que o Arquiteto Paulo Fonseca transmitiu que o mesmo é um estudo em aberto, tendo vários aspetos em discussão. No entanto, salientou que a CDU tem algumas divergências e questões a colocar, nomeadamente com a abertura da cidade ao rio e a fruição do rio pelos cidadãos e por todos, sugerindo que não se entregue aquela zona ao crescimento desenfreado da especulação imobiliária, à semelhança do que está a acontecer noutros centros urbanos do país, bem como a salvaguarda da ferrovia. Contudo, mencionou que muitas destas coisas não são compatibilizáveis ou não são facilmente conjugáveis e que, no seu tempo próprio, falarão acerca de todos estes conteúdos. Lembrou, ainda, que, no que diz respeito à abertura da discussão pública e conforme prevê o Código do Procedimento Administrativo (CPA), as grandes questões devem ter uma ampla discussão pública, para além da discussão formal em que participam algumas entidades ou instituições, devendo ser valorizada a discussão da cidade e ser promovida a apresentação pública, convidando urbanistas e cidadãos a darem a sua opinião, envolvendo a cidade neste procedimento, assinalando que 15 dias é um prazo curto para esta discussão pública. Para além dessa discussão pública formal, referiu que aquilo que deveriam estar a fazer era uma discussão mais abrangente e aberta aos cidadãos, uma vez que se está a mexer numa zona fulcral da cidade, sendo uma revolução urbanística e que esperam que corra bem e que os cidadãos de Coimbra percebam que é uma melhoria para a cidade. Assim sendo, assinalou que não iria votar contra a abertura de um procedimento de discussão pública, uma vez que considera que a mesma é fundamental e negaria tudo o que tinha acabado de dizer.

O Senhor Vereador **Carlos Cidade** alertou, ainda, para o problema da zona de ligação para a Rua António Granjo, onde está o edifício do ex-INATEL, zona esta que, apesar de na ARU estar desenhada uma solução, acredita que será um problema mais complicado de resolver, questionando se o mesmo passou despercebido.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Vereadora Regina Bento** agradeceu ao Arquiteto Paulo Fonseca pela excelente exposição que os ajuda a compreender melhor toda a transformação desta zona da cidade e que há muito anos se discute e que, agora, parece estar mais perto de ser uma realidade com o avanço das obras do metrobus. Assim, assinalou que a possibilidade de vislumbrarem um “calçadão” na marginal da cidade para o usufruto da população, é uma excelente forma de a cidade fazer as pazes com o rio, lembrando como a ciclovia da margem esquerda tem sido intensamente utilizada pela população, parecendo-lhe que as pessoas estão ávidas destes espaços ao ar livre para lazer ou para praticar desporto. Neste contexto, afirmou que têm agora uma excelente perspetiva de tornar a cidade de Coimbra ainda mais bonita do que ela já é atualmente, possibilitando o alavancar da dinamização da própria baixa de Coimbra, à semelhança do que irá acontecer com a abertura da via central. Por outro lado, deixou no ar a possibilidade de persistir trânsito para veículos de transporte público de passageiros, nomeadamente pela possibilidade de poderem vir a ter uma linha da Ecovia que sirva a baixa e que permita a criação de um parque periférico junto ao Choupal, permitindo que as pessoas com mobilidade mais condicionada possam deixar os seus carros e virem de transporte público para a baixa e, eventualmente, para a alta da cidade. Deu nota, ainda, que a impossibilidade da utilização da Avenida Aeminium por transporte público é uma grande condicionante, uma vez que os autocarros não passam nos túneis, dando como exemplo o caso dos alunos da cidade que para poderem visitar a Casa da Mata no Choupal, se vierem nos transportes públicos, têm de ir a volta à Adémia porque os autocarros não passam por baixo desses túneis. Relativamente à questão das crianças, sugeriu a possibilidade da criação de um parque infantil ou de um parque multigeracional nesta zona, nomeadamente na zona dos quarteirões da Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) e não ceder à especulação imobiliária, criando zonas de fruição que possam tornar atrativa a vinda de pessoas com crianças pequenas àquela zona da baixa da cidade e que possam ter, de facto, zonas de usufruto livre, sem necessidade de consumo, como é o caso das esplanadas e que se possa ter essa atratividade em trazer público mais jovem para esta zona.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** agradeceu os contributos que foram transmitidos pelos Senhores Vereadores, mencionando que, ainda, estão numa fase muito insipiente e que, por isso, todos os comentários e contributos são extremamente válidos e serão, seguramente, muito apreciados e analisados por si e pelos serviços técnicos, na medida em que não querem que nada falhe. Por outro lado, referiu que lhe agrada este conselho inicial, uma vez que estava à espera de muita contestação, uma vez que é, de facto, alterar um princípio de base que estava previsto para aquele arruamento da Avenida Aeminium, dado que o que estava previsto para aquela zona era uma via rodoviária, mantendo o que estava anteriormente no local, repavimentando, mas mantendo o betuminoso. Assim, a Senhora Vereadora disse que era uma pena não aproveitarem a possibilidade dada pelas obras que estão em curso, tendo uma grande preocupação em não mexer no que já está adjudicado e que já está em execução, tentando aproveitar igualmente a obra da Águas do Centro Litoral para rever todo este espaço e, também, porque não havia uma compilação devidamente articulada entre os vários estudos delineados para esta zona. Deste modo, referiu que quando olhava para a ARU tinha uma ponte num determinado sítio, olhando para o plano do Arquiteto catalão Joan Busquets tinha a ponte noutra sítio e que nem sempre as ligações da rede rodoviária local à zona da marginal estavam nos mesmos locais, ou seja, que ninguém se entendia qual era o plano que, efetivamente, estava em vigor, salientando que havia vários estudos, mas que não havia um plano. Contudo, ressaltou que este também não pretende ser um plano, uma vez que não têm tempo para consolidar, dado que um plano pressupõe várias etapas. Assim, em resposta aos Senhores Vereadores Carlos Cidade e Francisco Queirós, a Senhora Vereadora Ana Bastos disse que também gostaria de abraçar uma época bastante alargada de discussão, mas que, infelizmente, não têm tempo porque têm várias operações urbanísticas em espera e que não podem mantê-las paradas a aguardar um plano, sendo essa a razão pela qual este é um estudo urbanístico orientador, mas que procura, acima de tudo, compilar e conciliar os vários estudos existentes para esta zona e começar a consolidar ideias. Quanto à ideia do “calçadão”, disse que fica particularmente satisfeita ao perceber que agrada, de forma geral, a todos e que, em relação às operações urbanísticas, tentaram integrar todas aquelas que estão em





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

andamento, mas que não iria negar que possa existir alguma mais avançada anteriormente e que não tenha conhecimento porque não passou por si. Explicou que aquelas operações urbanísticas que já passaram, por si estão já contempladas, nomeadamente o Montepio e os terrenos da Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA). Assim, informou que todos estão a par que este estudo está em andamento, dando conta que a IP tinha um Pedido de Informação Prévia (PIP) para entrar na Câmara Municipal mas que acabou por não acontecer porque estão a aguardar o *feedback* da parte da Autarquia, salientando que estão a tentar ser proativos para, ainda, mudar aquilo que, ainda, é possível mudar mas que, havendo compromissos anteriores assumidos pela Câmara Municipal, é uma questão que poderá vir a justificar, nesta fase de consulta pública e onde haverá, também, consulta interna aos serviços, nomeadamente do Departamento de Gestão Urbanística, para ver que tipo de limitações possam existir. Quanto à ponte pedonal, explicou que o objetivo é, agora, consolidar e dar um passo em frente, prevendo a ponte compatível, também, com uma futura expansão da rede de metrobus à margem esquerda e à zona sul, uma vez que essa expansão à zona sul está em discussão na Comunidade Intermunicipal, mas que, ainda, ninguém tinha pensado por onde ir, considerando ser óbvio que o tabuleiro inferior da Ponte Açude não tem condições para prever mais este modo de transporte. Assim, disse que, na sua opinião, lhe parece ser este o sítio mais adequado, sendo esta, também, uma forma de interligar e articular todos os modos de transporte. Em relação ao trânsito, explicou que apenas estão a retirar o trânsito entre o Açude Ponte e a Estação Nova, na zona mais ribeirinha, sendo que o outro trecho que dá apoio, nomeadamente, à zona do Choupal, manter-se-á, até para dar acesso ao tabuleiro inferior nos termos em que está atualmente. Explicou, ainda, que no apoio a algumas edificações, nomeadamente aos novos edifícios que ainda é possível recuar ligeiramente, manter-se-á uma via rodoviária para facilitar o acesso a garagens, etc. Em relação ao trânsito por parte de transportes públicos, esclareceu que esta será uma questão a ponderar, uma vez que, aparentemente, não terão necessidade porque têm no local o metrobus que faz essa mesma ligação rápida, considerando estar a duplicar serviços que, na verdade, têm o mesmo tipo de oferta e que corresponde à mesma procura. Disse, ainda, que mesmo não vendo essa necessidade, julga que é uma questão que poderão rever, dado que considera que o transporte coletivo é perfeitamente compatível com a circulação pedonal e ciclável. No que diz respeito ao facto de os túneis não serem circuláveis, afirmou que essa era uma questão anterior ao SMM, uma vez que depois do metrobus irão deixar de ter túneis, passando tudo a ser feito a nível, nomeadamente junto à zona do McDonald's/Casa do Sal, não tendo a necessidade de garantir o pé direito porque já está devidamente salvaguardado, o que lhes permite tirar o trânsito desta zona, dado que tudo isso altera, de facto, a filosofia de circulação na zona da baixa.

O Senhor **Arquiteto Paulo Fonseca** agradeceu a todos e esclareceu que, em relação ao terreno da Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA), as alterações propostas funcionam com a solução próxima da última que a IP apresentou. No entanto, explicou que esta alteração parece introduzir algumas melhorias, também, que os beneficiarão, dado que, ao oferecer apenas duas áreas estacionamento, é muito mais fácil fazerem a gestão interna desse espaço, sendo necessárias menos rampas e que, também, a relação dos edifícios que eles propõem com o miolo dos quarteirões é, no fundo, o que lhes dá qualidade, ficando beneficiada. Assim, disse que está otimista em relação à ação que a IP terá a esta proposta, sendo, contudo, uma questão a discutir com a Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) e com os projetistas.

O Senhor **Presidente** salientou que estão, assim, em condições de deliberar relativamente à divulgação do presente estudo urbanístico para a Frente de Rio – Margem Direita (Entre a Ponte de Santa Clara e a Ponte Açude), no sentido da abertura do procedimento de consulta pública, pelo prazo de 15 dias, dada a urgência do presente processo.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 208/2022 (07/02/2022):*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Divulgar o Estudo Urbanístico para a Frente de Rio – Margem Direita entre a Ponte de Santa Clara e a Ponte Açude, e proceder à abertura do procedimento de Consulta Pública do presente estudo pelo prazo de 15 dias, dada a urgência do processo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO VIII. (12 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Este ponto não foi abordado, em virtude de não haver munícipes inscritos.

Antes de dar por encerrada a reunião, o Senhor **Presidente** disse que a próxima reunião seria no dia 21 de fevereiro.

E sendo doze horas o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 21/02/2022 e assinada pelo Senhor Presidente e pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal,

Assinado por: **José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva**  
Num. de Identificação: 04234244  
Data: 2022.02.24 19:26:27+00'00'

---

(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)

O Secretário,

MANUEL  
GILBERTO  
MENDES LOPES

Assinado de forma digital  
por MANUEL GILBERTO  
MENDES LOPES  
Dados: 2022.02.24 16:03:03  
Z

---

(Manuel Gilberto Mendes Lopes)

*Dat.: PS/GL/PC  
Conf: MGML  
Serviço Emissor: DAG*